





O ensino e a investigação da Economia: um percurso de 50 anos

**José
Reis**

PROFESSOR CATEDRÁTICO DA FEUC

Este texto não é sequer uma aproximação a uma história da criação da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC) e do desenvolvimento do ensino de Economia na nossa Faculdade. É uma simples observação pessoal.

Tem a subjetividade e os desvios próprios de quem o escreveu: fui, em outubro de 1973, um dos primeiros alunos que atravessaram a Porta Férrea para estudarem na faculdade acabada de criar e vivi ali os anos fascinantes que começaram em abril do ano seguinte; fiz toda a minha vida académica na FEUC, desde assistente a professor catedrático e até acontece ser hoje o decano; quando andei por fora, foi com o seu emblema na lapela que sempre me apresentei; tornei-me um economista que procurou seguir as visões complexas, cultas e não normalizadas da Economia e é a partir daí que tento conhecer os saberes mais sólidos que esta disciplina é capaz de nos sugerir.

Não posso, pois, oferecer uma visão depurada nem da Economia nem da nossa faculdade neste ramo – só posso sugerir o que a vida, com as suas voltas e revoltas, me foi deixando compreender. Também não penso que se possa descrever o pensamento económico e a sua evolução a não ser como um arquipélago formado por várias perspetivas, umas mais estritas outras mais ambiciosas, resultando daí as controvérsias em que assenta a busca de uma melhor compreensão das circunstâncias e dos processos em que o económico é relevante. Não me é possível, pois, descrever o nosso itinerário como uma caminhada retilínea que percorre caminhos de uma única via, nos quais não há desvios nem escolhas.

Antes da FEUC

É mais ou menos consensual a ideia de que “a formação em Economia como ciência e a profissão de economista só começaram a ter significado em Portugal após a reforma curricular ocorrida em 1949 no então Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (ISCEF), à data a única escola de Economia no país”¹. Até então, mesmo naquela escola, a autonomia da disciplina era escassa e a formação alcançada resultava sobretudo de uma combinatória de cadeiras de outras áreas (jurídicas, matemáticas, tecnológicas e contabilísticas). A formação teórica não era relevante, predominando a descrição e as considerações jurídicas e doutrinárias.

Com aquela reforma, a “ciência económica” procurou um estatuto e um lugar. E se o objetivo era colocar-se a par dos cânones internacionais da época, então a tarefa era tão só alinhar pela síntese neoclássica-keynesiana, que a partir daí começou a ter algum impacto no país. Desse modo, “o significado crucial da reforma de 1949 foi o de ter posicionado a ciência económica como elemento nuclear da estrutura curricular dos cursos do ISCEF”². De facto, o próprio discurso neoclássico, sistematizado por Alfred Marshall nos seus *Principles of Economics* de 1890, dominante à época, era em Portugal largamente desconhecido.

Em 1953 foi criada uma segunda escola de Economia no país, a Faculdade de Economia do Porto, com um plano curricular assente prioritariamente nas áreas disciplinares da economia, do direito e da matemática e com um perfil de formação híbrido, destinado à formação de técnicos, quer para a área empresarial, quer para a administração pública. A base teórica do curso era também a síntese neoclássica-keynesiana, similar à do ISCEF. A Economia que se fazia no “centro” chegava, pois, a Portugal com um significativo atraso. E chegava relativamente depurada.

Ainda assim, alguns trabalhos de relevo vieram a lume ao longo dos anos 1950. Refiram-se, a título de exemplo, o importante estudo de Francisco Pereira de Moura, Teixeira Pinto e Jacinto Nunes, *Estrutura da economia portuguesa*, publicado em 1954, e vários trabalhos publicados na *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos*, em torno da qual um dinâmico grupo de jovens economistas³ se reuniu até ao

¹ No início desta secção vou seguir de perto o que publiquei com dois colegas, tendo também presente as referências feitas nesse texto: José Reis, Vítor Neves e Ana Costa, “Ideias vivas: os lugares, o movimento e os protagonistas do pensamento económico”, in Vítor Neves (Coord.), *Ideias Vivas: O debate económico em Portugal*. Coimbra: Almedina, 2022, pp. 25-53.

² Jacinto Nunes et al. “Elementos para a história do ensino universitário de Economia e Finanças”, *Boletim de Ciências Económicas*, LIX, 2016, pp. 329-391.

³ Citem-se os nomes de Pereira de Moura, Xavier Pintado, Raul da Silva Pereira, João Moura, Sedas Nunes, Manuela Silva, Mário Murteira, entre outros. Sobre a *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos*, ver José Luís Cardoso, “O Gabinete de Estudos Corporativo (1949-1961) e a génese de uma biblioteca moderna de ciências sociais”, *Análise Social*, 206, 2013, pp. 193-219.

fim desta revista e a sua substituição, em 1963, pela revista *Análise Social*, liderada por Adérito Sedas Nunes. Contudo, a produção científica em Economia era muito reduzida no país neste período.

Havia, é certo, protagonistas cultos e ansiosos cujo papel transcendeu os daquelas duas escolas. É necessário citar o nome de Teixeira Ribeiro, “um jurista com apetência para as questões económicas, professor na Faculdade de Direito de Coimbra desde meados dos anos 1930, a quem muito se deve o desenvolvimento dos estudos de Economia em Portugal”⁴. As suas lições de Economia na Faculdade de Direito de Coimbra constituíam, desde pelo menos os primeiros anos de 1940, “um primeiro momento de inovação científica e pedagógica, designadamente ao evidenciarem uma clara aposta na autonomização do discurso económico-teórico e por assentarem em grande medida nas estruturas da teoria económica neoclássica”⁵.

Claro que, fora da academia, havia interesse e inquietação acerca da economia. Lembro dois livros, de não académicos, que se encontravam nas bibliotecas cultas nas vésperas do 25 de Abril: *Pensar Portugal Hoje*, de João Martins Pereira (1971, Publicações Dom Quixote), *Investimentos Estrangeiros em Portugal*, de Luís Salgado Matos (1973, Seara Nova). Tratava-se afinal de prosseguir o que Francisco Pereira de Moura sugeriu que se discutisse com *Por Onde Vai a Economia Portuguesa* (1969, Publicações Dom Quixote). Eles eram a prova de que a Economia está sempre, irreduzivelmente, ligada à curiosidade pública, ao debate aberto e às decisões que urge tomar, haja ou não haja democracia. Naquela altura, havia algumas perguntas que estavam em cima da mesa. Quando nos virávamos para fora, o caminho português era colonial ou europeu? E se fosse europeu, já estava a ser percorrido ou era uma decisão para depois? A ideia de país “orgulhosamente só” era pífia ou teve alguma base de jeito? Como era possível conjugar os objetivos de industrialização do país sem um mercado interno estruturado e, ao contrário, com milhares a emigrarem todos os anos? Ao mesmo tempo, a velha dicotomia desenvolvimento de base agrária *versus* a opção assumida por uma política industrial, um debate entre “agraristas” e “industrialistas”, que vinha dos anos 50, persistiu durante muito tempo e lembro-me que ainda tivemos ecos disso no que terá sido o primeiro colóquio com larga participação e duração de três dias que se organizou na FEUC (de 27 a 29 de março de 1981)⁶.

No plano institucional, os Planos de Fomento, a chegada ao Secretariado Técnico da Presidência do Conselho dos chamados “tecnocratas” ou as recém-criadas Comissões de Planeamento Regional aguçavam a curiosidade. No plano material, a guerra colonial e as relações com as colónias ou a discussão sobre a Europa, que a participação na criação da EFTA em 1960 e o Acordo Comercial com o Mercado Comum em 1972 tinham aproximado da realidade portuguesa, completavam as tentativas de uma sociedade estreita se virar para as questões económicas.

⁴ José Reis, Vítor Neves e Ana Costa, “Ideias vivas: os lugares, o movimento e os protagonistas do pensamento económico”, in Vítor Neves (Coord.), *Ideias Vivas: O debate económico em Portugal*. Coimbra: Almedina, 2022, p. 45.

⁵ Carlos Bastien e José Luís Cardoso, “Pinto Barbosa: arejar o ensino da Economia”, *Economia Pura*, 21, 2000, pp. 84-87.

⁶ Os textos foram publicados num número duplo (7-8) da *Revista Crítica de Ciências Sociais*, dezembro de 1981.

A Criação da FEUC em 1972 e os Anos da Sua Consolidação

Em 1972, o regime ditatorial estava na sua fase final e tentava sobreviver à custa de uma modernização tardia e já ineficaz. O país revelava-se cada vez mais estreito: uma guerra colonial absurda que levava mais de uma década; 1,4 milhões de emigrantes durante o mesmo período. Com Marcelo Caetano e com o ministro Veiga Simão ensaiou-se um alargamento do sistema universitário no meio da asfixia que condicionava a vida intelectual e política. Em Coimbra, o desenvolvimento das engenharias, transformando a Faculdade de Ciências em Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCTUC), e a criação de uma Faculdade de Economia representaram essa evolução modernizadora.

Como ficou registado pelo nosso saudoso e querido colega Jaime Ferreira no número 17 de *Notas Económicas - Revista da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra*, o decreto-lei de 1972 que criou a FEUC vinha acompanhado de outro que definia o plano de estudos. Um plano convencional, é certo, mas também “moderno” e relativamente ambicioso, porventura mais robusto e clarividente do que aquilo que hoje se espelha no reducionismo de currículos onde não se vai muito além da mistura de um cânone muito filtrado com técnicas de gestão. Os tempos eram outros, e são muitas as vezes em que os tempos determinam as ações. Havia cinco anos para estudar, é certo. Mas o essencial talvez residisse na ideia de que era preciso formar gente para lidar com sociedades em que dinâmicas novas se iriam necessariamente sobrepor à estabilização e às condicionalidades e em que era preciso pensar largo, juntando ao conhecimento especializado uma perceção mais completa do mundo. Tinha-se a noção de que a história, os aspetos mais inelutáveis da vida se iriam sobrepor à mediana. Vivia-se com a sensação de inevitabilidades saudáveis e progressistas. Tornava-se claro que uma sociedade emergente desafiava a sociedade estagnada e lhe iria pedir muito mais do que até aí. E isso foi bom.

O plano de estudos inicial centrava-se em cadeiras de “Análise Económica” (a ideia positivista e normalizada de que o saber económico está estabelecido e se aplica através da “análise”), que ocupavam lugar nos quatro semestres iniciais. A isso se juntavam os instrumentos e os complementos tidos como essenciais – a matemática, a estatística, a econometria e o direito, por um lado, e, por outro, a demografia, a história e as “ciências sociais”, como se a Economia o não fosse também. Havia ainda alguns “prolongamentos”, sob a forma de especializações ou de ramos específicos, onde cabiam as finanças públicas e a teoria dos seguros, a economia industrial ou agrária. E também, deve dizer-se, a política económica, a integração económica, o desenvolvimento regional e o planeamento, tal como um vislumbre das questões institucionais.

Depois, tudo se tornou muito vivo e não foi da aplicação tranquila daquele projeto que se tratou. Não saberemos nunca como é que isso teria acontecido num país que permanecesse fechado, acossado e sem recursos. A verdade é que entrávamos na fase em que era preciso repensar umas coisas e enfatizar outras. Uma delas era, claramente, a atenção a dar às problemáticas do desenvolvimento e do subdesenvolvimento.

Mas na composição dos planos de estudo dos primeiros cursos foi também preciso fixar o lugar das disciplinas instrumentais ou complementares, por todas as razões e mais pela necessidade de responder à ansiedade crescente de obter de um curso superior de Economia saberes técnicos especializados que diferenciasses um licenciado quando chegasse ao mercado do trabalho. E isso se fez: com a contabilidade empresarial, a gestão, a fiscalidade ou mesmo a contabilidade pública. A seguir inscreveram-se outros saberes já consolidados dentro da Economia e, na nossa casa, as questões monetárias e financeiras, as do mercado de trabalho e da organização industrial foram consolidando os seus respetivos campos. Os que valorizam as questões

institucionais deram sempre o seu contributo. E, por isso, creio que tal se pode dizer sem hesitação, o nosso ensino foi sempre uma boa combinatória de respostas à necessidade de pensar com informação e conhecimento amplo e de dispor das “tecnologias” própria dos economistas. Os tempos de passagem entre os momentos de construção, até hoje, foram vários e amplos e sempre bem orientados.

Nos seus anos iniciais, a oferta curricular da FEUC para os primeiros estudantes e para aqueles que vinham entrando sucessivamente, até se completar a população correspondente aos cinco anos do currículo completo, foi-se constituindo através de uma difícil, mas criativa, gestão dos recursos docentes que, de forma também muito original, iam chegando à universidade: recém licenciados que se tinham diferenciado nos seus cursos, “estrangeirados” que regressavam depois de conhecerem culturas universitárias estrangeiras, os poucos doutorados “lá de fora”, os estrangeiros que afluíam a um país em transformação e onde cabiam todas as vontades e, enfim, os que já tinham ganho experiência na universidade portuguesa ou mesmo na administração pública e nos seus mais esclarecidos organismos. Foram estes que se foram juntando aos quatro “regentes” das disciplinas do primeiro ano: um recém-doutorado nos EUA (Boaventura de Sousa Santos, durante muitos anos decano da Faculdade), um professor do ensino secundário com óbvia vocação universitária e assim contratado como assistente (Joaquim Romero Magalhães), um professor mais avançado na carreira, que assegurava a colaboração do Departamento de Matemática da FCTUC (Manuel Neto Murta), e um assistente da Faculdade de Direito, vindo de um dos poucos núcleos de elaboração do pensamento económico (Aníbal Almeida).

Foi neste conjunto muito vivo de dinâmicas que chegou à FEUC Júlio Mota, um assistente “maduro”, culto e conhecedor, capaz de múltiplos contactos, que, num momento decisivo, foi organizando, com a sua informalidade, a evolução do curso e fixando aqui uma plêiade de jovens assistentes, uns mais passageiros, outros que se tornaram professores durante todas estas décadas. Nunca agradeceremos inteiramente ao Júlio o seu papel essencial na Faculdade e na consolidação da licenciatura em Economia, naquele tempo.

Depois, mais adiante, começou a refletir-se no nosso corpo docente a própria formação dada pela FEUC e assim foram surgindo os assistentes “da casa”. Hoje chama-se a isso *inbreeding*. Eu prefiro chamar-lhe um processo essencial de formação de uma cultura sólida e de consolidação de instituições capazes de agir através daqueles que dela são parte. Evidentemente que esse não foi o único modo de tal cultura se formar, pois também muitos outros, vindos “de fora”, o fizeram, pela adesão e por um contributo empenhado para o seu engrandecimento. Mas a combinatória foi essencial.

Na verdade, quando começámos, os futuros economistas académicos, designadamente os que procuraram a “meca” americana, ainda não tinham posição académica. Só a ganhariam mais tarde. E, mesmo entre os novos “estrangeirados”, ainda havia uma significativa diversidade. Procurava-se França, por exemplo, e foi assinalável a “fornada” de doutorados em várias áreas da Economia que haveriam de influenciar as faculdades de Economia no país. Entre nós, na FEUC, Alfredo Marques, o primeiro doutorado em Economia a fixar-se em Coimbra, de onde tinha saído há alguns anos, correspondia a esta relação francófona (neste caso, estabelecida antes e depois do 25 de Abril). A mesma relação que mais adiante haveria de trazer vários académicos à FEUC para conferências, cursos breves, conversas com um corpo já muito largo de assistentes que procuravam seguir os seus caminhos. E assim foi: outros se doutoraram em França ou por lá desenvolveram contactos. Antes de chegarmos aos tempos em que a busca de formação avançada em doutoramentos das universidades do ambiente anglo-saxónico passou a ocupar o lugar principal. E disso beneficiou também a FEUC, que deste modo alcançou, porventura, a maior fase de consolidação do seu corpo de

doutores. Prova de um pluralismo sistematicamente prosseguido com o qual sempre nos demos muito bem.

Houve a criação e a fase inicial e houve a busca ansiosa de uma trajetória que consolidasse a FEUC como uma casa em que se ensina e estuda Economia fazendo-o organizadamente, com capacidade para formar e usar os seus recursos e definir uma matriz própria, ao mesmo tempo, aberta e plural. A consolidação da licenciatura de 5 anos, com as circunstâncias aqui evocadas, pode porventura considerar-se a fase inicial, fundadora. Ela concentrou toda a atividade de ensino em Economia até 1989-90, quando entrou em funcionamento o primeiro mestrado em Economia – o Mestrado em Economia Europeia.

Esta iniciativa, que abre uma segunda fase do ensino da Economia entre nós, deve-se ao nosso colega António Marques Mendes, que soube identificar um segmento promissor que se diferenciava dos estudos europeus correntes na época, ao mesmo tempo que mobilizou os recursos da casa para uma visão aberta que, pela primeira vez e de modo original, abriu a faculdade a estudantes de outras áreas, que aqui procuraram um grau com valor crescente, o grau de Mestre. Essa receção haveria de se tornar norma. Mais adiante, em 1992-93, juntou-se o Mestrado em Economia Financeira (iniciativa dos nossos colegas João Sousa Andrade e José Soares da Fonseca). Este novo contexto haveria de incluir a passagem da licenciatura de Economia para um plano de estudos de 4 anos, em 1994. A densificação das formações foi conseguida através de iniciativas diversas, que mobilizaram vontades e capacidades, incluindo apostas interdisciplinares, devendo referir-se o Mestrado em Gestão e Economia da Saúde (dinamizado pelo nosso colega Pedro Ferreira, que começou em 1995) ou a Pós-graduação em Economia Social (devida ao empenho persistente do nosso colega Rui Namorado e ao seu compromisso com os princípios cooperativos e solidários).

A terceira fase tem de se associar ao surgimento de programas de doutoramento. Na Economia, ela abriu-se com o Doutoramento em Governação, Conhecimento e Inovação, que entrou em funcionamento no ano letivo de 2005-06⁷. Em 2006 iniciou-se o Doutoramento em Economia, que hoje funciona em parceria com a Universidade do Minho. Mais recentemente criámos o Doutoramento em Economia Política (em parceria com o ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa e com o ISEG – Instituto Superior de Economia da Universidade de Lisboa). Entre doutoramentos “disciplinares” e “temáticos”, a FEUC oferece hoje quatorze, nas diferentes áreas.

Entretanto, tinha-se consolidado a influência da Declaração de Bolonha e a matriz de organização dos estudos segundo o modo 1º ciclo, 2º ciclo e 3º ciclo. É assim que, a partir de 2007, as licenciaturas são de 3 anos e se supõe uma articulação próxima com os Mestrados, como parte integrante dos estudos pós-graduados (de que fazem igualmente parte diplomas de pós-graduação e doutoramentos). Hoje, é esse o mapa denso do ensino na nossa Faculdade.

Olhando para a FEUC no seu conjunto, a distância entre os dias de hoje e aquele primeiro ano letivo de 1973-74 é, evidentemente, enorme. A Faculdade consolidou-se e consagrou-se como uma escola com quatro grandes áreas disciplinares: a Economia, a Sociologia, a Gestão e as Relações Internacionais. Em cada uma delas está estruturada uma oferta assente nos três ciclos (licenciatura, mestrado e doutoramento). Tornou-se uma comunidade grande e multifacetada. Preza-se o pluralismo e a interdisciplinaridade. Na Economia, isso foi sempre levado muito a sério e nunca deixou de estar presente nas nossas principais evoluções, inicialmente nos mestrado e agora nos doutoramentos. É esta a nossa vocação para compreender diversas abordagens e manter o objetivo de enfrentar a complexidade.

⁷ Coordenado por José Reis, João Arriscado Nunes e Tiago Santos Pereira, este doutoramento revelava a sua vocação interdisciplinar e uma colaboração profícua com o Centro de Estudos Sociais.

Estudar Economia no final do século XX

Há cinquenta anos estavam a chegar ao fim as três décadas do pós-guerra a que muitos, noutras paragens e para representarem outras vidas, que não as de uma periferia europeia, chamaram “trinta anos gloriosos”. Mas esta expressão era para qualificar o que se passava no mundo “laico”, mais do que para qualificar o pensamento económico erudito, que estava notoriamente atrasado face à realidade e que, na verdade, depois de Keynes, não tinha nada que o recomendasse particularmente, a não ser nalguns campos localizados. Desde aí ocorreu uma longa sucessão de elaborações intelectuais, debates e delimitações de campos, num processo, aliás, em que a Economia vai procurando impor-se como disciplina performativa, isto é, destinada a ajustar a realidade a uma certa norma ou visão por si fixada, mais do que a interpretá-la, a compreender a diversidade e a abrir o espaço da deliberação coletiva e democrática.

No Portugal contemporâneo dos primeiros anos da FEUC, quem começasse a perscrutar o que era a Economia e como é que ela se estudava, descobria rapidamente a Economia do Desenvolvimento. Encontrava aí uma resposta eventual para a convicção de que a Economia é a disciplina que estuda a organização da vida material, a criação de riqueza, o seu uso e a capacidade de nos colocarmos numa trajetória de evolução, rumo às ambições do progresso, da qualificação, quiçá da felicidade. Albert Hirschman (que, significativamente escolhemos para ser o primeiro economista que fizemos nosso doutor *honoris causa*), André Gunder Frank, Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso (também doutor *honoris causa* pela FEUC), Raúl Prebisch, porventura, Rostow – eis alguns dos nomes (que mais tarde seriam chamados *Pioneiros do Desenvolvimento*) que, de memória, se podem citar. O campo podia alargar-se com Karl Polanyi ou Immanuel Walerstein, de que os economistas não falavam, mas que outras sabedorias já nos apontavam, ou com Gunnar Myrdal, Prémio “Nobel” (junto com Hayek) no mesmo ano que na FEUC decorria o nosso primeiro ano, e que não demoraria que se ouvisse em Lisboa, em pessoa. Claro que havia também que pôr tudo isto em realce com a teoria do crescimento. Robert Solow era um nome maior, que tinha esculpido a matéria com uma elegância de que falou numas *lectures* de 1969, lembradas quando recebeu o “Nobel” em 1987, e que hoje falta. No meio disto, não era possível, no entanto, esquecermos do que se ia passando no Chile, despidoradamente qualificado como “milagre” por uma teoria e uma prática económicas perversas, sem que muitas almas académicas se doessem. Milton Friedman era o nome que tinha de ser associado a estes maus momentos. E mesmo assim a Academia de Estocolmo fez dele “Nobel” em 1976.

Pelos bons e pelos maus exemplos, havia uma finalidade clara: compreender a vida, possibilitar a deliberação, comprometermo-nos com o futuro. Havia o mundo e havia as leituras portuguesas. Portugal não era um país vibrante em matéria de literatura económica, mas havia luzes brilhantes. Uma delas era João Martins Pereira. Já me referi a *Pensar Portugal Hoje* (1971) lido entre os que não estudavam Economia. E bem nas vésperas do 25 de Abril este autor absolutamente referencial tinha para publicar *Indústria, Ideologia e Quotidiano* (entrou na tipografia no dia 22 daquele mês de 1974). Havia, pois, um lugar para nos acolhermos, para aqueles que queriam ligar a economia com a vida, com a deliberação democrática, com as trajetórias em aberto no país, na Europa, no mundo. *Sistema Económicos e Consciência Social* (1980), publicado nas coleções do Centro de Economia Agrária da Fundação Calouste Gulbenkian, seria outro livro marcante deste autor. E havia, obviamente, Francisco Pereira de Moura. Também por causa das *Lições de Economia* que estudávamos no primeiro ano e da *Análise Económica da Conjuntura*, que nos ocupava no segundo. Havia um campo estimulante da análise e interpretação das estruturas do país e os fundamentos para o

debate, fosse ele sobre o planeamento, a industrialização, a Europa ou simplesmente sobre a dignidade humana. Coisas antigas... A estes nomes há, evidentemente, que juntar os de Mário Murteira, que nos daria algumas aulas, de Manuela Silva e de João Cravinho cuja ação no GEBEI (Grupo de Estudos Básicos de Economia Industrial) significou, de forma singular a construção de “um pensamento económico estruturado na periferia da Europa”, de que fomos beneficiários no nosso primeiro curso, quando esta equipa se encarregou da disciplina de Planificação Económica. E, para nós, na FEUC, havia António Simões Lopes – *Desenvolvimento Regional: Problemática, teoria, modelos* (1980), cujos fundamentos estudámos nas suas aulas e por onde eu entrei para a aprendizagem sobre espaço, território, regiões (porventura a porta mais próxima para compreender a complexidade). Pode ter demorado décadas a que eu, para meu uso, chamasse a tudo isto *Economia Impura*, mas estou certo que foi neste arrumar de ideias e de interesses que tudo começou.

Dá para cá, desde esses anos de 1980 em que, na FEUC, já tínhamos consolidado e arrumado a casa, tudo se foi densificando. Os debates na Economia prosseguiram, tornaram-se intensos e ganharam muitos mais intervenientes. As diferentes escolas de pensamento delimitaram as suas bases. Aos economistas e às instituições desenvolvimentistas, que valorizam o planeamento, juntaram-se os de propensão neo-clássica e de tendência liberal. Em 1976 e 1979, duas conferências internacionais sobre a economia portuguesa, na Fundação Calouste Gulbenkian foram, respetivamente, momentos de contraposição de perspetivas divergentes e de redução do pluralismo. Publicou-se muito, em contextos que foram evoluindo. Formou-se uma nova hegemonia. Desta altura em diante, a integração europeia na forma da CEE (Comunidade Económica Europeia) e, depois, na da UEM (União Económica e Monetária) tornaram-se campos principais de estudo e discussão. Esta é uma história muito mais preenchida que já não cabe aqui tratar, mas que vai sendo estudada. Porventura reencontramos nela as tradições económicas junto com as novidades para que cada momento nos conduz⁸.

O Desenvolvimento de Uma Faculdade: e Hoje?

As tarefas de investigação, isto é, as atividades organizadas em meio académico para desenvolver os diferentes campos do conhecimento e para criar capacidade crítica para intervir nos debates e na organização da sociedade, fizeram sempre parte da natureza universitária e tornaram-se centrais. São talvez a forma principal de gerar diversidade e perspetivas temáticas, mais do que o que acontece no ensino, especialmente nos dois primeiros ciclos. É certo que durante muito tempo a investigação foi uma motivação essencialmente individual, balizada pelos termos da carreira e pela necessidade de fixar competências especializadas. Isso conduziu a alguma agregação dos saberes, mas a base institucional da investigação tardou a desenvolver-se. Na nossa Faculdade não foi diferente. Mas desde cedo houve iniciativas relevantes para superar esta condição mais atomizada. No que diz respeito à Economia, foi no quadro do Centro de Estudos Sociais que, a partir de 1978, ao lado da sociologia, se foram agregando vontades para se aprofundar o conhecimento sobre a vida material do país, a sua inserção internacional, as evoluções institucionais e organizacionais. Mais tarde, o GEMF – Grupo de Estudos Monetários e Financeiros juntou outras perspeti-

⁸ Para uma discussão sobre a longa trajetória do debate de ideias económicas em Portugal, cf. João Rodrigues, Ana Costa e José Reis, “Um campo perigoso: tradições económicas em confronto no Portugal democrático”, in Vítor Neves (Coord.), *Ideias Vivas: O debate económico em Portugal*. Coimbra: Almedina, 2022, pp. 25-53.

vas e agregou esforços, dando mais recentemente, a partir de 2016, lugar um centro de maior amplitude o CeBER – *Centre for Business and Economics Research* (Centro de Investigação em Economia e Gestão).

Do ponto de vista curricular, a base do ensino da Economia manteve-se, no essencial, sempre muito semelhante ao longo dos nossos 50 anos. Visto a partir de hoje, este é, porventura, o dado a sublinhar. As combinações foram-se ajustando, é certo. À “Análise Económica” sucedeu mais tarde a dicotomia corrente micro/macro, a que se junta a centralidade da econometria. Mas continuou a haver interesse nas áreas complementar ou instrumentais. Não deixou de se manter sob atenção as problemáticas do desenvolvimento, mesmo que se tenha diminuído o valor que se dá à sua dimensão contextual, comparativa e institucional, em vista da disputa ganha pelas formalizações do crescimento. Assumiu-se sempre que, ao lado do mercado e das empresas, existem outros mecanismos de coordenação da ação económica, a começar pelo papel do Estado, da esfera pública e das políticas. E não se esqueceu que ensinar Economia em Portugal há de implicar atenção à própria economia portuguesa, sabendo que ela funciona num contexto europeu e ali se revela periférica. Mas é claro que se foi acentuada a tensão a favor dos chamados “fundamentos microeconómicos da macroeconomia”, mesmo que alguns continuem a insistir na maior pertinência da ordem inversa. A redução, pelos motivos bem conhecidos, da duração do tempo dos planos de estudo (inicialmente para quatro anos e depois para três) foi um dos instrumentos de resolução daquela tensão, prevalecendo um plano mais apostado na racionalidade técnica, na especialização e nas mecânicas formalizáveis.

Um conjunto largo de circunstâncias tende a levar a discussão sobre a formação inicial em Economia para campos em que se salienta o alinhamento com as tendências gerais e dominantes no ensino desta disciplina (*isomorfismo institucional*), desvalorizando-se a diferenciação das formações. Procura-se um campo comum partilhável com a gestão e as disciplinas empresariais (*fusão praticista dos saberes*), desvalorizando-se o papel da Economia na compreensão dos processos e dos sistemas de criação de riqueza, de emprego e de provisão. E assume-se a certificação das formações por entidades externas e não académicas (reificação do papel dos chamados *stakeholders*), desvalorizando-se a racionalidade e a autonomia universitárias.

Resta saber se este é o bom caminho. Como em tudo, há sempre, pelo menos, duas posições: a de quem entende que é útil procurar vários fatores de reconhecimento, para garantir atratividade, não descuidando a concorrência; e a de quem, não descuidando disso, dá centralidade à preservação de um projeto autoestruturado, com combinações diversas. Afinal, o debate é o modo de se alcançar a máxima robustez de cada instituição: pela semelhança ou pela identidade? Pela especialização e pela referência ao padrão comum ou por uma aposta persistente na complexidade, sem esquecer a racionalidade técnica e instrumental de cada área científica, que, aliás, é por natureza diversa? A questão de fundo é também teimosa: trata-se sempre de encontrar capacidade informada de compreender e intervir proactivamente. Uma coisa é certa: na FEUC estas conversas são sempre boas conversas.

O mundo tornou-se muito mais complexo e incerto. Isto parece óbvio e é banal dizê-lo. Seja qual for a formação que privilegiarmos ela será posta em confronto com as respostas que o mundo exige. A capacitação mais perene e mais robusta vem de aproximação às realidades substantivas, à compreensão do que se está a passar, à possibilidade de perscrutar o futuro, tudo isto, desejavelmente, com o máximo possível de sabedoria técnica e de consciência teórica. Não se trata de saber quem terá mais razão. Alcançar-se-á sempre uma combinação entre formas de ver. A história do ensino da Economia na FEUC e o pluralismo em que assenta mostra-nos isso muito bem. Ela é, de facto, uma casa que soube granjear bom nome e fazer as discussões certas no momento adequado.